

ANÁLISE POLÍTICA

ANO 4 • 105^a EDIÇÃO

BRASÍLIA,
20 DE JULHO DE 2023



Agenda política: o que esperar do segundo semestre?

As últimas semanas foram marcadas por intensos debates relacionados à pauta econômica no Congresso Nacional, em especial, em torno da Reforma Tributária, na Câmara dos Deputados, e do Arcabouço Fiscal, no Senado Federal.

Entre os dias 18 e 31 de julho, o Congresso faz uma pausa nas atividades legislativas, devendo retomar os trabalhos no início de agosto. Enquanto isso, o Governo Federal alinha sua pauta de prioridades para o segundo semestre, que mais uma vez deve estar concentrada em temas macroeconômicos.

Quer saber o que deve estar no **centro da agenda de votações** nos próximos meses? Confira o nosso boletim desta semana! Boa leitura!



Desafios do Governo na relação entre Poderes

Para a equipe do governo, o avanço da pauta econômica nas últimas semanas tem um peso simbólico importante e traz uma perspectiva positiva para o segundo semestre de 2023. Como desafios para os próximos meses, destaca-se a busca pelo equilíbrio do controle sobre a agenda, que hoje tem o protagonismo do Congresso, e o fortalecimento da sua base de apoio parlamentar.



Conquistas: Apesar do baixo número de leis aprovadas, o governo estabeleceu suas prioridades e alcançou progresso significativo em suas propostas-chave, como no caso da aprovação da **Reforma Tributária** e do projeto que retoma o voto de qualidade no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), na Câmara; e do Arcabouço Fiscal, no Senado.



Desafios: Desde o início do mandato, foram publicadas 26 MPVs pelo Governo Federal. Dessas, até o momento, apenas quatro foram aprovadas: a reorganização ministerial (MPV 1.154/2023); a reformulação de programas sociais, como Bolsa Família (MPV 1.164/2023); a retomada do Minha Casa, Minha Vida (MP 1.162/2023); e o Mais Médicos (MPV 1.165/2023). Até o momento, o apoio depende da **convergência com a agenda do Congresso**, de emendas parlamentares e de espaço no quadro governamental a partidos de centro. Entre os esforços governamentais, destaca-se a busca por maior aproximação com partidos de centro-direita, como o PP e o Republicanos.

Reforma Tributária

No Senado, a PEC 45/2019 será analisada, primeiramente, pela **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)**, antes de ser votada no plenário. A proposta contará com a relatoria do **senador Eduardo Braga (AM)**, que faz parte da base governista.

O relator da PEC na Câmara, **deputado Aguinaldo Ribeiro (PB)**, deve ser 'braço auxiliar' de Braga no Senado Federal, o que indica o aproveitamento das discussões já efetivadas e a busca de convergência entre Governo, Senado e Câmara. O objetivo é concluir a análise do texto no Senado até o fim de outubro.

Além disso, o **senador Vanderlan Cardoso (GO)**, anunciou um Grupo de Trabalho para tratar sobre a Reforma Tributária na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com o objetivo de promover audiências públicas para discutir o tema. O senador Efraim Filho (PB) foi escolhido como relator do GT e deve apresentar parecer com as conclusões dos debates.



O Sistema OCB continua mobilizado, junto a organizações estaduais e cooperativas de todo o país, para manter o ato cooperativo no texto, dando segurança jurídica ao modelo de negócios cooperativista.



Pauta econômica: perspectivas de avanço pelo governo

Arcabouço fiscal

A Câmara deve analisar, no mês de agosto, as modificações aprovadas pelo Senado Federal ao Arcabouço Fiscal (**PLP 93/2023**). A tendência é que o texto seja aprovado junto ao Orçamento. A expectativa do Governo é que a proposta libere até R\$ 40 bilhões para o Orçamento de 2024.

PL do Carf

Com urgência constitucional, o **PL 2.384/2023** tem 45 dias para tramitar no Senado, contados a partir da data de recebimento do texto. Entretanto, o esforço do governo é para aprovar antes desse prazo, ainda em agosto. A matéria retoma o voto de qualidade no Carf, com condicionantes.

PL das Garantias

Também está na pauta da Câmara a análise das modificações aprovadas pelo Senado Federal relacionadas ao **PL 4.188/2021**, que visa diminuir o risco de inadimplência e reduzir o custo do crédito no país. A perspectiva é que o projeto seja votado no início do semestre.

Desenrola Brasil

A **MPV 1.176/2023** institui o Programa Emergencial de Renegociação de Dívidas de Pessoas Físicas Inadimplentes, batizado pelo Poder Executivo como “Desenrola Brasil”. A matéria será analisada em comissão mista e deve ser aprovada até o final do ano na Câmara e no Senado.

Pautas que devem ser amadurecidas

Tributação de lucros e dividendos

Com bastante resistência no Senado Federal, o avanço do **PL 2.337/2021**, que trata sobre a tributação da distribuição de lucros e dividendos para pessoas físicas não tem perspectiva de avançar. A matéria atualmente tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Taxação de offshores

A **MPV 1.171/2023**, que amplia o salário mínimo e institui a cobrança de IRPF para os rendimentos obtidos no exterior por pessoas residentes no Brasil, ainda possui tramitação incerta. A perspectiva é de que a MPV seja substituída por um projeto de lei com urgência constitucional.

Reforma da Renda

Vista como segunda etapa da Reforma Tributária, a “**Reforma do IR**” deve ser encaminhada ao Congresso no segundo semestre. Entre os pontos que devem conter no texto, estão: o combate à regressividade, o aumento da faixa de isenção do IRPF e a taxação dos jogos de azar.

Plano de Transição Ecológica

Anunciado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o **Plano de Transição Ecológica** deve ser apresentado por meio de diversas medidas de cunho ambiental. O pacote deve conter propostas voltadas à criação do mercado de carbono e à regulamentação de títulos verdes.

Pauta estratégica para o Sistema OCB

Neste cenário, o Sistema OCB tem trabalhado para avançar com uma pauta de medidas legislativas que visem aprimorar o ambiente de negócios para o movimento cooperativista.

Além da manutenção do **adequado tratamento tributário ao ato cooperativo na Reforma Tributária**, entre as prioridades do cooperativismo no Senado Federal estão: o **PL 5.187/2019**, que dispõe sobre o devido acesso do cooperativismo de crédito aos fundos constitucionais; o **PL 1.303/2022**, que possibilita que as cooperativas atuem no mercado de Telecom; o **PL 1.324/2022**, que visa a redução de IR para transportadores autônomos associados a cooperativas.

Entre os itens prioritários em tramitação na Câmara dos Deputados, destacam-se: o **PLP 101/2023**, que possibilita a atuação de cooperativas no mercado de seguros; o **PL 912/2022**, que aprimora a participação das cooperativas de crédito como agentes operadoras do fundos constitucionais; o **PL 488/2011**, que assegura a condição de segurados especiais para membros de órgãos diretivos de cooperativas; o **PLP 245/2019**, que busca trazer maior segurança jurídica ao empregador que adota medidas de proteção de exposição a ruídos; o **PL 10.273/2018**, que adequa a incidência da Taxa de controle e Fiscalização Ambiental (TCFA); e o **PL 1800/2021**, que visa trazer estímulo às cooperativas de reciclagem.

Acesse essa e outras matérias de alto impacto para o cooperativismo em agendainstitucional.coop.br



Acesse as edições anteriores. 

Acompanhe nosso trabalho em:



sistemaocb